



Ciência & Saúde Coletiva

ISSN: 1413-8123

cecilia@claves.fiocruz.br

Associação Brasileira de Pós-Graduação
em Saúde Coletiva
Brasil

do Rosário Costa, Nilson; Montenegro Engstrom, Elyne; Venâncio de Siqueira, Sandra
Aparecida

Política pública e papel institucional do Ministério da Saúde no Brasil

Ciência & Saúde Coletiva, vol. 22, núm. 5, mayo, 2017, p. 1394

Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva

Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63050935001>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Política pública e papel institucional do Ministério da Saúde no Brasil

Esta edição trata do papel do Executivo Federal brasileiro na provisão de bens públicos e na articulação das instâncias federativas no setor saúde. Os artigos apresentam um balanço exploratório da agenda da política pública para grupos sociais extremamente vulneráveis e analisa as funções do Ministério da Saúde (MS) no desenvolvimento setorial.

Esta opção temática deve-se à constatação de que existe uma real escassez de estudos que apresentem e analisem o papel do MS ao longo do processo de constitucionalização da questão da saúde no país. Esta abdicação é particularmente preocupante porque na Nova Democracia o MS aumentou sua área de influência institucional e seu peso orçamentário, assumindo a titularidade da política de assistência à saúde individual pública, até então pertencente ao Ministério da Previdência Social. Além desta ampliação de poder decisório, o MS consolidou as competências históricas na vigilância em saúde e a capacidade de provisão de bens individuais, como medicamentos de alto custo e vacinas.

O crescimento em escala e escopo da atuação do Executivo Federal na saúde convida a uma reflexão sobre sua real capacidade de assegurar o direito nessa área, promover o bem-estar coletivo e utilizar recursos públicos com efetividade e qualidade. Esta tarefa é especialmente relevante porque a produção intelectual brasileira tem mantido paradoxal alheamento em relação aos constrangimentos que afetam a ação do governo Central ao longo do processo de consolidação e desenvolvimento democrático. Os poucos trabalhos sobre a atuação do MS mantêm o foco de defesa das diretrizes do Sistema Único de Saúde, abdicando o exercício da crítica sobre as contradições, os dilemas e as possibilidades da ação do Executivo Federal.

Considera-se que, ao divulgar a produção intelectual sobre um conjunto relevante de intervenções da esfera federal, esta Edição contribui para uma singular compreensão da experiência contemporânea da política pública para o setor saúde no Brasil.

Nilson do Rosário Costa ¹, Elyne Montenegro Engstrom ¹, Sandra Aparecida Venâncio de Siqueira ¹

¹ Departamento de Ciências Sociais, Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz